actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

5 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Sara Lúcia Macedo Faria Guimarães*. — A Escrivã-Adjunta, *Alice Gata*.

Anúncio n.º 4905-CF/2007

A Dr.ª Sara Lúcia Macedo Faria Guimarães, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Bragança, faz saber que no processo abreviado, n.º 1055/06.0TABGC, pendente neste Tribunal contra o arguido Marco Paulo Gonçalves dos Santos, filho de Luciano dos Santos Gonçalves Borges e de Helena Margarida dos Santos Borges, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Outubro de 1981, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12467175, com domicílio na Salsas, Rua da Caleja, Salsas, 5300-845 Bragança, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 19 de Junho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

19 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Sara Lúcia Macedo Faria Guimarães*. — A Escrivã-Adjunta, *Rita Pinto*.

TRIBUNAL DA COMARCA DO CADAVAL

Anúncio n.º 4905-CG/2007

A Dr.ª Elisabete Costa Xavier, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca do Cadaval, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 86/03.6TACDV, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Filipe dos Santos Cardoso, filho de Rafael Peralta Cardoso e de Maria Adélia dos Santos, natural de Milharado, Mafra, de nacionalidade portuguesa, nascido em 15 de Junho de 1965, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7444750 com domicílio na Rua D. Afonso Henriques, 8-A, Bombarral, 2540 Bombarral, o qual foi, em 7 de Abril de 2006, por despacho, condenado na prisão efectiva de 53 dias de prisão, substituída a multa global de 640 euros em 53 dias de prisão subsidiária, transitado em julgado em 19 de Novembro de 2004, pela prática de um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 5 de Outubro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Junho de 2007, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

12 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Elisabete Costa Xavier*. — A Escrivã-Adjunta, *Inês Cruz*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Anúncio n.º 4905-CH/2007

O Dr. José da Rocha Henriques, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha, faz saber que no processo

comum (tribunal colectivo), n.º 9/00.4TBCLD, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Miguel dos Santos Costa, filho de Delfim Firmino da Costa e de Noémia Henriqueta dos Santos Costa, natural de Portugal, Cadaval, Cadaval, de nacionalidade portuguesa, nascido em 15 de Agosto de 1973, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10267803, licença de condução n.º Le-223, com domicílio na Rua do Compromisso, 18, 2.º, 2500 Caldas da Rainha, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, praticado em 23 de Agosto de 1997, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Março de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

21 de Março de 2007. — O Juiz de Direito, *José da Rocha Henriques*. — O Escrivão-Adjunto, *Luís Miguel Neto*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Anúncio n.º 4905-CI/2007

O Dr. Luís Guerra, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 202/01.2TACLD, pendente neste Tribunal contra o arguido José Paulo Abitabile, nascido em 11 de Abril de 1967, solteiro, vendedor de quiosques e de mercados, passaporte n.º 114937-P, com domicílio na Avenida Duque de Ávila, 119, 4.º, direito, 1050 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 16 de Abril de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 7 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, passaporte, bilhete de identidade e carta de condução.

8 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Luís Guerra*. — O Escrivão-Adjunto, *Fernando Vicente*.

Anúncio n.º 4905-CJ/2007

O Dr. Luís Guerra, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha, faz saber que no processo sumário (artigo 381.º do CPP), n.º 472/00.3GELSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Rogério Paulo Pinto Inácio, filho de José Manuel de Sousa Inácio e de Sinfronia da Conceição Pinto Inácio, natural de Portugal, Caldas da Rainha, Nossa Senhora do Pópulo, Caldas da Rainha, nascido em 29 de Agosto de 1978, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11546658 com domicílio na Rua José Natário, bloco B, 12-A, Caldas da Rainha, 2500 Caldas da Rainha, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 9 de Outubro de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Dezembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial cele-